

Comissão recebe novos dados sobre convênio

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) entregou à CPI do Orçamento uma série de documentos confirmando irregularidades no convênio firmado entre o Ministério da Ação Social e o GDF, para construção de galpões em todo o País, através da Fundação Fraternidade Essência do Brasil. O convênio é de 31 de dezembro de 90 e assinado pelo governador Joaquim Roriz, um dia antes de sua posse. O GDF alegou que o documento foi firmado em 6 de fevereiro de 91, sem data. "Só que nesse caso o doutor Paulo Zimbres não poderia assinar como presidente da Codeplan, porque deixou o cargo em 21 de janeiro", informou Augusto.

O convênio de CR\$ 208.900 milhões (valor da época) previa a construção de 54 galpões com estrutura metálica para atendimento de menores carentes. Da mesma data que o GDF diz ter sido firmado o convênio, o deputado encontrou um termo de doação de 55 estruturas metálicas, do Ministério da Ação Social para o GDF, com as mesmas dimensões dos galpões. "A doação não promoveu qualquer redução nos custos das construções — o que representa mais uma incorreção", argumentou, ao acrescentar que não há pistas de onde tenha sido implantada a estrutura excedente.

Crítério — Também é questiona-

do o critério para liberação de licitação na escolha do executor da obra. A Fundação Essência foi contratada com base em uma declaração da Associação Comercial do DF que lhe dá exclusividade para esse tipo de trabalho no Distrito Federal e Goiás. Entretanto num memorando de 25 de março de 91, os responsáveis pelo projeto em nome da Codeplan, arquiteto José Roberto Domênico e engenheiro Guilherme Boechat Vé, contestam o documento, ressaltando que a competência da Fundação é para troncos de madeira.

Um levantamento feito no Siaf (Serviço Integrado de Administração Financeira) mostra que 50% dos recursos (CR\$ 104,450 milhões) foram repassados para o GDF, através da Secretaria de Comunicação Social — outro ponto nebuloso, segundo a CPI — no dia 5 de fevereiro de 91. Porém, o contrato com a Fundação Essência só foi firmado um mês depois. "Por que a verba ficou parada nesse período ninguém sabe. Nem o motivo desse desvio — do Ministério para a Secretaria e finalmente para a Codeplan", frisou Augusto. Os dois técnicos encarregados de acompanhar a execução do convênio também não concordam com os termos do contrato assinado entre a Codeplan e a Fundação Essência.